

Caderno de Prova

Código do Eixo
205

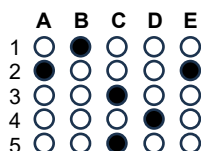
Ambiente e Saúde
Enfermagem - Gestão em Serviços de Saúde

Edital Nº 36/2025 – REI/IFPE

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Prova** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Prova** ao Fiscal.
- Este **Caderno de Prova** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) opções, das quais apenas 01 (uma) é correta.
- Se o **Caderno de Prova** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da opção escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Prova** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área do conhecimento	Número de questões	Valor total (Pontos)
Língua Portuguesa	05 questões	10 pontos
Conhecimentos Didático-Pedagógicos	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	10 pontos
Conhecimento Específico	30 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 4 referem-se ao Texto 1.

TEXTO 1

A ciência transforma, mas só se for compreendida

André Kauric de Campos

A história mostra que a insegurança com o novo não é novidade. Desde que a humanidade aprendeu a transformar ideias em ferramentas, todo salto tecnológico foi precedido por uma fase de dúvida, resistência, desconfiança — e muita desinformação. É um período de desorientação coletiva, em que o pensamento crítico parece hibernar e a mente pública se torna refém de processos que se impõem de forma automatizada, sem qualquer domínio social.

É justamente nesse lapso entre a revolução e a compreensão que surgem os maiores perigos: a lucidez coletiva se fragiliza, e a população se torna mais vulnerável à manipulação por parte de pessoas ou corporações oportunistas, gananciosas e sabotadoras do bem comum. Foi assim com a teoria da evolução, a energia nuclear e os antibióticos. Ainda é com as vacinas, a informação e as redes sociais.

Esse intervalo entre a tecnologia e seu domínio público pode ser fatal. E a receita para evitar o colapso sempre foi a mesma: comunicação pública da ciência. Vejamos o caso da inteligência artificial (IA), um dos grandes saltos tecnológicos do nosso tempo — ao lado da computação quântica, da biotecnologia e da automação autônoma. No Brasil, por exemplo, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) representa um avanço relevante. Diretrizes foram definidas. Centros de pesquisa estão sendo anunciados em diferentes estados, inclusive no Distrito Federal. O plano é robusto: princípios éticos, regulamentação, segurança, transparência e incentivo à inovação.

Mas há uma ausência comum — e grave — em todas essas iniciativas: não há qualquer eixo, meta ou investimento voltado à comunicação pública da ciência. E isso compromete tudo. A IA é, antes de tudo, uma nova forma de se relacionar com o mundo, com os dados, com as decisões. Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido. A IA pode transformar e unir o mundo — mas só com educação e comunicação podemos fazê-la conversar de forma eficiente e sábia.

Assim como a internet, o medo da IA não é da tecnologia; é do novo. Do que não se conhece. Do que não se domina. Do que é anunciado como inevitável, mas não explicado como funciona. Sem pontes entre o conhecimento técnico e o entendimento público, corremos o risco de construir muros em vez de caminhos. A IA para o povão não será de inteligência — será de ilusão.

Não basta que os algoritmos sejam éticos. É preciso que sejam compreendidos. Não basta que os dados sejam transparentes. É preciso que estejam acessíveis. O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça. A tecnologia evolui. Mas o entendimento precisa acompanhar. O futuro só será coletivo se for compreensível. Inteligência artificial, sem escuta e explicação, vira apenas exclusão automatizada.

Imagine algoritmos decidindo quem recebe um benefício social, quem será priorizado na saúde pública ou quais bairros devem ter mais policiamento. Agora, imagine que ninguém sabe como essas decisões são feitas — nem mesmo quem as administra. A inteligência vira opacidade. O automatismo vira desumanização.

Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 11 ago. 2025.

1. De forma global, o texto

- A) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando os danos cognitivos provocados pelo uso indiscriminado das inovações tecnológicas pelas pessoas.
- B) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza a sensação de insegurança resultante do excesso de inovações tecnológicas na vida das pessoas comuns.
- C) apresenta uma sucessão de eventos e tematiza os benefícios latentes da inteligência artificial para uma melhor organização da vida em sociedade.
- D) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as contribuições positivas resultantes do uso comedido das inovações tecnológicas pelas pessoas comuns.
- E) é construído em torno do diálogo entre uma tese anterior e uma nova tese, tematizando as consequências do hiato entre as inovações tecnológicas e a comunicação eficiente dessas inovações.

2. Em relação aos benefícios trazidos pelas inovações tecnológicas, o texto desenvolve um raciocínio
- A) comparativo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - B) explicativo, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
 - C) conclusivo, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - D) proporcional, que é revelado no quinto parágrafo por meio da expressão “assim como”.
 - E) condicional, que é antecipado pelo título, por meio do uso da conjunção “se”.
3. Considere o excerto reproduzido a seguir.

O problema não é a inteligência artificial — é a ausência de comunicação real. Sem comunicação pública da ciência, até o progresso vira ameaça.

A palavra em destaque

- A) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “no mínimo”.
 - B) tem valor argumentativo, pois deixa subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - C) tem valor argumentativo, pois sinaliza que a informação por ela introduzida funciona como argumento mais forte em uma escala argumentativa, e poderia ser substituída, mantendo-se essa função, por “inclusive”.
 - D) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como preposição e denota limite quantitativo para a informação por ela introduzida.
 - E) é isenta de valor argumentativo, pois funciona tão somente como advérbio e denota valor inclusivo para a informação por ela introduzida.
4. Considere o período reproduzido a seguir.

Mas, quando a população não é chamada a entender — apenas a obedecer —, cria-se um ambiente propício à desinformação, ao medo e ao uso indevido.

Nesse período,

- A) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico que funciona como informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- B) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco não inviabiliza a estrutura sintática.
- C) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre sempre em períodos cujas orações estão articuladas por coordenação alternativa.
- D) a presença das duas primeiras vírgulas é justificada, pois elas delimitam um bloco sintático-semântico deslocado e subordinado à informação principal; a retirada desse bloco inviabiliza a estrutura sintática.
- E) a combinação da vírgula com o travessão é justificada, pois isso ocorre, obrigatoriamente, entre orações articuladas por coordenação aditiva.

5. Considere o texto reproduzido a seguir.

TEXTO 2



Disponível em: folha.uol.com.br. Acesso em: 19 ago. 2025.

A leitura dos textos 1 e 2 permite afirmar que eles

- A) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- B) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- C) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.
- D) mantêm intertextualidade estilística, com posicionamentos divergentes, apesar de representarem gêneros textuais distintos.
- E) mantêm intertextualidade temática, com posicionamentos convergentes, e representam um mesmo gênero textual.

CONHECIMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

6. Os fundamentos da educação e da docência constituem-se em referenciais teóricos, históricos, sociais e epistemológicos, que orientam a prática do professor e a compreensão do papel da escola. Considerando a relação entre educação, sociedade e trabalho, no contexto do compromisso com a formação omnilateral e politécnica, é correto afirmar que
- A) os fundamentos da docência, ao serem compreendidos como essencialmente técnicos e instrumentais, asseguram a neutralidade científica da prática pedagógica, garantindo que o professor atue sem influências ideológicas.
 - B) a formação de professores implica discutir o sentido social e político da educação. Dessa forma, ensinar é mais do que transmitir informações, é formar sujeitos históricos capazes de compreender e transformar a realidade.
 - C) a perspectiva libertária da educação reduz a docência ao domínio de conteúdos disciplinares e das tecnologias, ignorando a subjetividade e a experiência vivida dos estudantes na vida comunitária.
 - D) a Pedagogia Colaborativa fundamentada no Escolanovismo entende a docência como prática essencialmente emancipadora, responsável por romper com a reprodução das desigualdades sociais.
 - E) os saberes docentes, no âmbito da pedagogia crítico-social dos conteúdos, são restritos ao conhecimento acadêmico e científico, desconsiderando outras formas de saber que não tenham origem no espaço universitário ou nas pesquisas formais.
7. Considerando que não existe imparcialidade no processo de formação docente, um projeto institucional, político e pedagógico voltado à formação de professores, quando em oposição ao modelo social hegemônico e aos seus desdobramentos, deve fundamentar-se em uma epistemologia que assuma explicitamente uma orientação finalística de transformação da sociedade e de superação das desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do capital. Nesse contexto, é imprescindível assumir a epistemologia
- A) da complexidade, baseada na racionalidade científica.
 - B) pluralista, voltada para a eficiência e produtividade.
 - C) da práxis, fundamentada no materialismo histórico-dialético.
 - D) humanista, inspirada no existencialismo e na fenomenologia.
 - E) construtivista, apoiada nas teorias de aprendizagem individual.
8. O currículo integrado constitui uma concepção de organização curricular bastante discutida no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e nas propostas formativas voltadas à classe trabalhadora, especialmente à luz da perspectiva politécnica e ou omnilateral. Considerando os fundamentos que o sustentam, o currículo integrado, dentre as suas características, é concebido como
- A) um modelo de currículo modular e uma organização institucional seriada que articula os conhecimentos das disciplinas em projetos de ensino, priorizando as disciplinas comuns das áreas de ensino.
 - B) um processo de unificação administrativa de cursos e um ensino por módulos como meio de assegurar a existência de um currículo transdisciplinar.
 - C) uma proposta pedagógica que privilegia a lógica da empregabilidade, da flexibilidade e da adaptação imediata ao mercado, como uma unidade interdisciplinar da teoria e da prática.
 - D) uma concepção pedagógica e uma organização institucional que integra a formação geral, técnica e política, tendo o trabalho como princípio educativo.
 - E) um projeto político e pedagógico em que se admite a lógica mercadológica da educação, reconhecendo-a como direito social e elemento essencial da cidadania e da emancipação humana.

9. Tomando por base as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01/2021), analise o seguinte fragmento textual:

Trata-se da estrutura de organização da Educação Profissional e Tecnológica, considerando as diferentes matrizes tecnológicas nele existentes, por meio das quais são promovidos os agrupamentos de cursos, levando em consideração os fundamentos científicos que as sustentam, de forma a orientar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), identificando o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que devem orientar e integrar a organização curricular, dando identidade aos respectivos perfis profissionais. (Brasil, 2021, p. 4)

A descrição anterior refere-se à definição de:

- A) Itinerário Formativo.
 - B) Eixo tecnológico.
 - C) Área Tecnológica.
 - D) Qualificação Profissional.
 - E) Estágio Profissional.
10. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Considerando sua definição identitária, os IFs se constituem em instituições
- A) interdisciplinares e multicampi, voltadas exclusivamente à formação técnica de nível médio em diferentes modalidades de ensino.
 - B) multicampi e pluricurriculares, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino.
 - C) multidisciplinares e pluricurriculares, especializadas em cursos técnicos e superiores de tecnologia, com organização curricular voltada à formação para o mercado de trabalho.
 - D) multicampi e interdisciplinares, voltadas para a pesquisa acadêmica e para as formações técnicas e de pós-graduação stricto sensu.
 - E) pluricurriculares de ensino superior, com foco na formação profissional, podendo atuar na forma conveniada do ensino básico integrado ao profissional.
11. Considerando as orientações legais quanto à estrutura e à organização da educação profissional técnica de nível médio, identifica-se como possibilidades para o desenvolvimento dos cursos técnicos a forma
- A) concomitante intercomplementar, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições e redes de ensino.
 - B) concomitante, desenvolvida simultaneamente em distintas instituições ou redes de ensino, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de complementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado e conclusivo à certificação.
 - C) subsequente intercomplementar, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem esteja cursando a última série e/ou já tenha concluído o Ensino Médio, sendo previsível a celebração de convênios junto a IES voltados à verticalização para os cursos de tecnologias.
 - D) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica.
 - E) integrada intercomplementar, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante a itinerários distintos, sendo a terminalidade da Educação Básica ou à habilitação profissional técnica.

12. A Curricularização da Extensão na Educação Superior é normatizada pela Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE). Esse mesmo documento regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. De acordo com os documentos acima referenciados, as atividades de extensão devem compor o total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Dessa forma, as atividades de extensão devem compor, no mínimo,
- A) 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular, sendo incluída na matriz curricular dos cursos e desenvolvida por meio de programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - B) 5% (cinco por cento) do total da carga horária curricular, inserida na matriz curricular, podendo ser cumprida de forma optativa, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.
 - C) 20% (vinte por cento) da carga horária curricular, a ser cumprida em atividades de estágios supervisionado e ou profissionais, independentemente de sua vinculação a programas e projetos de extensão universitária,
 - D) 12% (dez por cento) da carga horária curricular, desenvolvida de forma complementar à matriz curricular dos cursos, centrada nas áreas de grande pertinência social e sem necessidade de integração pedagógica.
 - E) 15% (quinze por cento) do total da carga horária curricular, incluída na matriz curricular e direcionada, prioritariamente, a atividades acadêmicas internas e coesas nas áreas de grande pertinência social.
13. A Lei nº 8.069/1990 (ECA) e a Lei nº 9.394/1996 (LDB), com suas atualizações, estabelecem diretrizes para a garantia do direito à educação, destacando a responsabilidade das instituições escolares no planejamento pedagógico e na articulação com a família. Considerando a relação entre as duas leis citadas, é correto afirmar que
- A) o projeto político-pedagógico das escolas, de acordo com o ECA e a LDB, deve ser elaborado de forma exclusiva e obrigatória pela equipe gestora, sendo preferencial a participação da comunidade escolar e da família no processo de planejamento.
 - B) tanto a LDB quanto o ECA delimitam a incumbência da escola à transmissão de conteúdos curriculares e delegam à família a formação integral do educando e sua relação com a cidadania e os valores curriculares.
 - C) o ECA assegura que a responsabilidade pela frequência escolar recai unicamente sobre a família, e a LDB define que é uma condicionalidade as instituições de ensino acompanharem e notificarem órgãos competentes em caso de abandono.
 - D) o ECA, em consonância com a LDB, determina que é dever das instituições de ensino respeitar e fomentar a participação da família e da comunidade, reconhecendo que a efetivação do direito à educação é uma responsabilidade compartilhada.
 - E) a LDB corrobora ao ECA ao dispor que o planejamento escolar deve priorizar exclusivamente as demandas do currículo oficial do sistema de ensino, atendendo, quando possível, temáticas que estejam atinentes ao contexto social dos educandos e sua comunidade.
14. Na base científica conceitual acerca da organização curricular, há referências sobre a relevância dos princípios pedagógicos como elementos orientadores à organização de um tipo de currículo. Entre esses princípios pedagógicos, há aqueles que permitem diferentes possibilidades de projetos formativos comprometidos com a ideia de integração. São eles:
- A) Interação, Adaptação e Avaliação, por serem os elementos básicos do ato pedagógico.
 - B) Objetividade, Neutralidade e Flexibilidade, em razão da Práxis.
 - C) Interdisciplinaridade, Contextualização e Teleologia, por serem basilares à Práxis.
 - D) Cooperação, Tecnologia e Filosofia Pragmática, razão da unidade teoria-prática.
 - E) Cultura, Transposição e Didática, por serem aspectos do ato pedagógico.

15. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a avaliação deve estar articulada aos princípios e às diretrizes curriculares e contribuir para superar as concepções reducionistas e meramente classificatórias. Nesse sentido, o processo avaliativo na EPT deve
- A) ser contínuo, processual e formativo, articulando teoria e prática; e sendo diagnóstico, formativo e somativo, de modo a contribuir para o desenvolvimento crítico e integral do estudante.
 - B) priorizar a aferição quantitativa do desempenho dos estudantes, relativizando notas e índices de aprovação, de modo a atender às demandas de produtividade educacional.
 - C) certificar conhecimentos atinentes à empregabilidade do estudante, garantindo que ele esteja pronto para se adaptar às exigências imediatas do mercado de trabalho.
 - D) assegurar a neutralidade e a objetividade científica, devendo ser orientado a partir de princípios gerais da educação nacional, das determinações da Classificação Brasileira de ocupações e do Plano de Ação da gestão institucional, como forma de diálogo com o mundo do trabalho.
 - E) basear-se em testes padronizados e externos, assegurando a isonomia e comparabilidade entre diferentes instituições e campi dos Institutos Federais.

INTEGRIDADE

16. Um servidor público federal foi avaliado pela Comissão de Ética do órgão onde atua, conforme o disposto no Decreto nº 1.171/1994. Ao final do processo, a comissão concluiu pela aplicação de penalidade ao servidor. Nesse cenário, identifique a pena aplicável na legislação para o servidor público federal.
- A) Advertência, verbal ou escrita, desde que a Comissão de Ética tenha observado o direito à ampla defesa do servidor.
 - B) Censura ou advertência, sendo formalizada pelo presidente da Comissão de Ética e encaminhada à autoridade máxima do órgão ao qual o servidor esteja vinculado.
 - C) Determinação de abertura de processo administrativo disciplinar ou, alternativamente, de arquivamento do processo.
 - D) Advertência ou suspensão, desde que devidamente fundamentada em parecer elaborado pelo presidente da Comissão de Ética.
 - E) Censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os integrantes da Comissão de Ética, com ciência do faltoso.
17. A Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, instituída pelo Decreto nº 11.529/2023, busca ampliar o acesso da sociedade a dados e informações da administração pública federal, fortalecendo a participação social e a melhoria das políticas públicas, compreendendo assim:
- A) A transparência passiva, direcionada à publicação de informações previamente classificadas como de interesse coletivo; a transparência ativa, com a divulgação dos relatórios de gestão; e a abertura de bases de dados para órgãos de controle interno.
 - B) A transparência passiva, condicionada à apresentação de justificativa pelo solicitante; a transparência ativa, limitada a informações de caráter institucional; e a abertura de bases de dados, condicionada à autorização prévia do órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação.
 - C) A transparência passiva, aplicável para informações classificadas como reservadas ou secretas; a transparência ativa, prevista para situações excepcionais de interesse institucional; e a abertura de bases de dados sigilosos após o transcurso de 10 anos.
 - D) A transparência passiva, voltada ao atendimento de pedidos de informação; a transparência ativa, destinada à divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais; e a abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal.
 - E) A transparência passiva, voltada à disponibilização automática das informações institucionais; a transparência ativa, restrita a dados financeiros e orçamentários; e a abertura de bases de dados gerados pelas transferências de recursos a entidades privadas.

18. O conceito de governança pública, trazido no Decreto nº 9.203/2017, apresenta um conjunto de mecanismos para o exercício da governança pública. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Conjunto de mecanismos normativos e operacionais voltados à execução fiscal, orçamentária e financeira, priorizando a conformidade legal e a eficiência administrativa na utilização dos recursos públicos.
 - B) Conjunto de mecanismos de controles internos, formalmente estruturados, destinados a assegurar a conformidade com normas, regulamentos e políticas internas, com foco na identificação e mitigação de riscos.
 - C) Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
 - D) Conjunto de mecanismos de auditoria e fiscalização aplicado aos atos e procedimentos administrativos, visando assegurar a transparência, a economicidade e o cumprimento das metas fiscais e organizacionais previstas.
 - E) Conjunto de mecanismos estruturados voltados à gestão de pessoas, promoção da ética, integridade e transparência, com ênfase no desenvolvimento organizacional e no fortalecimento da gestão de riscos.
19. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) define, em seu art. 5º, inciso II, o conceito de dado pessoal sensível. Assinale a alternativa que apresenta corretamente esse conceito:
- A) Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
 - B) Dado pessoal que se refere a informações financeiras ou patrimoniais do indivíduo, como renda, relação patrimonial dos bens imóveis, investimentos, dívidas bancárias e relação de credores e dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - C) Dado classificado como pessoal que permite identificar direta ou indiretamente uma pessoa natural, como nome, endereço residencial, telefone ou e-mail pessoal, CPF (Cadastro de Pessoa Física), dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - D) Dado pessoal relacionado a informações de consumo, histórico de compras e vendas ou registros em plataformas digitais, utilizado para estratégias de marketing e publicidade direcionada, dado referente à saúde ou à vida sexual.
 - E) Dado pessoal classificado como sensível pelo indivíduo, que poderá ser disponibilizado mediante solicitação do interessado, observadas as regras estabelecidas na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).
20. Durante uma oficina de formação para servidores federais sobre prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, uma comissão de integridade convidada abordou a articulação entre o Decreto nº 12.122/2024, que institui o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, e a Portaria MGI nº 6.719/2024, que institui o Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação, ambos aplicáveis à administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Na explanação, destacou-se que:

“Ambos os dispositivos legais se complementam no que se refere às diretrizes para a prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no âmbito da administração pública federal direta. O Decreto fixou as diretrizes de universalidade, transversalidade, confidencialidade e resolutividade, enquanto a Portaria acrescentou outras diretrizes essenciais para assegurar os objetivos do Programa e do Plano.”

Com base na exposição e nos marcos legais citados, o Plano Federal acrescentou

- A) responsabilidade administrativa, proteção à vítima, transparência e integridade.
- B) compromisso social, sigilo, participação social indireta e organização do trabalho.
- C) valorização, contraditório, ampla defesa, proteção de dados e comunicação.
- D) mediação de conflitos, rede de acolhimento, prevenção e saúde no trabalho.
- E) compromisso institucional, acolhimento, comunicação não violenta e integralização.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No dia 28 de abril de 2025, publicou-se a Lei nº 15.126 que estabelece um novo princípio no Sistema Único de Saúde. Esse princípio refere-se
- A) à igualdade da assistência à saúde.
 - B) à integralidade de assistência.
 - C) à atenção humanizada.
 - D) à coordenação do cuidado.
 - E) ao direito à informação.
22. O americano Terrence McCoy sofreu um ferimento na cabeça ao fechar o porta-malas de seu carro em Paraty, no Rio de Janeiro, e se surpreendeu ao não pagar nada pelo atendimento médico. Tal fato ocorre devido ao princípio da
- A) universalidade.
 - B) integralidade.
 - C) igualdade.
 - D) descentralização.
 - E) participação popular.
23. O matriciamento em saúde mental é um novo modo de produzir saúde que envolve duas ou mais equipes, criando uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica. Esse novo arranjo visa a
- A) uma nova forma de hierarquia de atendimento.
 - B) um atendimento individual pelo profissional de saúde mental.
 - C) um matriciador como um supervisor.
 - D) uma nova construção com foco no especialista.
 - E) um tipo de cuidado colaborativo entre a saúde mental e atenção primária.
24. O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um serviço especializado destinado prioritariamente a pessoas em intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, além de situações clínicas que dificultem a convivência social e a realização de projetos de vida. Entre suas modalidades, existe uma que se caracteriza por ofertar atenção contínua, funcionamento 24 horas por dia (incluindo finais de semana e feriados), retaguarda clínica e acolhimento noturno, sendo indicada para municípios ou regiões de saúde com população acima de 150 mil habitantes. Essa modalidade refere-se ao
- A) CAPS AD.
 - B) CAPS III.
 - C) CAPS I.
 - D) CAPS AD III.
 - E) CAPS II.

25. Em novembro de 2023, foi publicada a Lei nº 14.737, que amplia o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde. Nesse sentido, o direito ao acompanhante resguardado à mulher deve ser exercido
- A) quando solicitado por notificação prévia.
 - B) em atendimentos com sedação, a renúncia ao acompanhante só será válida se feita com 12 horas de antecedência.
 - C) em consultas, exames e procedimentos realizados em unidades de saúde pública ou privada.
 - D) inclusive no centro cirúrgico ou unidade de terapia intensiva, sem a necessidade dessa pessoa ser profissional da saúde.
 - E) por livre indicação da paciente e preferencialmente da área de saúde.
26. A auditoria de enfermagem é considerada uma importante ferramenta de gestão nos serviços de saúde, principalmente no que tange aos aspectos técnicos, éticos, legais e administrativos. É atribuição do enfermeiro auditor no âmbito hospitalar
- A) prescrever informações no prontuário do paciente na Unidade Hospitalar.
 - B) adequar o custo por procedimentos na Unidade Hospitalar.
 - C) fazer julgamento prévios sobre os fatos encontrados na investigação.
 - D) fornecer subsídios e participar de treinamentos do pessoal de enfermagem.
 - E) autorizar internações e altas hospitalares sem avaliação da equipe médica..
27. A Teoria Estruturalista da Administração surgiu como uma abordagem integradora, enfatizando a análise das estruturas organizacionais e suas interações, bem como o equilíbrio entre os objetivos da organização e os do indivíduo. Entre as características dessa teoria, podemos destacar:
- A) ênfase exclusiva em rotinas e procedimentos padronizados.
 - B) centralidade no caráter racional e na eficiência satisfatória.
 - C) recompensas materiais e sociais.
 - D) valorização das pessoas como prioridade absoluta para eficácia organizacional.
 - E) busca de soluções essencialmente democráticas nos processos decisórios.
28. No contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), os instrumentos básicos de planejamento correspondem a produtos resultantes dos processos de planejamento. Nesse contexto, é correto afirmar que
- A) o Plano de Saúde é um instrumento central do planejamento e deve ser submetido à aprovação do Conselho de Saúde.
 - B) a Programação Anual de Saúde é o instrumento que apresenta correlação entre as metas, os resultados e a aplicação dos recursos.
 - C) o Relatório de Gestão é o instrumento de gestão que prevê a alocação dos recursos orçamentários a serem executados.
 - D) a Programação Geral das Ações e Serviços de Saúde era anteriormente denominada de Plano Diretor de Investimentos.
 - E) a Programação Pactuada e Integrada é um instrumento que apresenta as necessidades para a organização da assistência conforme o Plano de Investimentos.
29. Os sistemas de saúde são definidos como o conjunto de atividades cujo principal propósito é promover, restaurar e manter a saúde da população. Sobre os sistemas de saúde, é correto afirmar que
- A) o sistema de saúde seguro social é financiado pelo estado.
 - B) os sistemas de saúde possuem quatro funções: financiamento, planejamento, regulação e gestão.
 - C) o sistema de saúde universal encontra-se nos países como Brasil, Espanha e Alemanha.
 - D) o sistema de saúde proteção social pode ser também residual.
 - E) o sistema de saúde tem uma relação efêmera com o sistema de proteção social.

30. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 36/2013 institui ações voltadas para a segurança do paciente nos serviços de saúde. Considerando suas diretrizes, a equipe de enfermagem deve estar atenta, sobretudo,
- A) ao princípio do Núcleo de Segurança do Paciente, que busca melhoria contínua dos processos de cuidado e do uso de tecnologias da saúde.
 - B) à divulgação de relatório anual sobre eventos adversos, com a análise das notificações realizadas pelos serviços de saúde por meio do Núcleo de Segurança do Paciente.
 - C) aos consultórios individualizados, laboratórios clínicos e os serviços móveis e de atenção domiciliar, que devem cumprir as determinações dessa resolução.
 - D) aos serviços de saúde que desenvolvem ações de ensino e pesquisa que não estão sujeitos às determinações dessa resolução.
 - E) ao Núcleo de Segurança do Paciente, que fica liberado de desenvolver ações para a integração e a articulação multiprofissional no serviço de saúde.
31. O Processo de Enfermagem organiza-se em cinco etapas inter-relacionadas, interdependentes, recorrentes e cíclicas. Sobre o Processo de Enfermagem e suas etapas,
- A) os padrões de cuidados em enfermagem estão relacionados com os cuidados colaborativos com as demais profissões.
 - B) a etapa do planejamento de enfermagem deve priorizar o diagnóstico de enfermagem.
 - C) os padrões de cuidados em programas de saúde estão relacionados aos cuidados autônomos do enfermeiro.
 - D) no processo de enfermagem são funções privativas do enfermeiro o diagnóstico de enfermagem e as anotações de enfermagem.
 - E) na etapa de implementação da enfermagem, são permitidas análise e revisão de todo o processo de enfermagem.
32. Após a identificação, seleção e priorização de problemas, bem como o debate sobre causas, sintomas e efeitos, estamos prontos para desenhar o conjunto de ações ou operações necessárias e suficientes para atacar as causas fundamentais dos problemas. Esta é a hora de definir o conteúdo propositivo do plano. No planejamento estratégico situacional, esse é o momento
- A) explicativo
 - B) estratégico
 - C) tático-operacional
 - D) diagnóstico
 - E) normativo
33. O Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) é uma ferramenta criada pelo Ministério da Saúde do Brasil para coletar, tratar e disponibilizar informações sobre receitas e gastos públicos em saúde nos Estados, nos Municípios, no Distrito Federal e na União. Assim, identifique a alternativa que apresenta uma característica típica do SIOPS:
- A) a alimentação das informações é feita anualmente.
 - B) é utilizado para monitorar a aplicação mínima de recursos na saúde.
 - C) o gestor precisa transmitir os dados, sendo facultativa a homologação destes.
 - D) a certificação digital dos dados passou a ser obrigatória a partir de 2015.
 - E) a equipe gestora do SIOPS tem autonomia para inserir dados no sistema.

34. A liderança transformacional é voltada para a qualidade da atenção à saúde prestada pela enfermagem, sobretudo na gerência, na educação e na assistência. Escolha a opção que corresponde a uma característica desse tipo de liderança:
- A) manter o foco apenas nas tarefas administrativas.
 - B) utilizar negociações para alcançar metas.
 - C) analisar as causas que originam os problemas.
 - D) considerar as individualidades de cada colaborador.
 - E) adotar a recompensa de forma contingencial.
35. A acreditação hospitalar é um processo reconhecido internacionalmente que visa a avaliar e garantir a qualidade, segurança e eficácia dos serviços de saúde prestados por instituições hospitalares. O processo de acreditação é desenvolvido por instituições como:
- A) a Organização Nacional de Acreditação (ONA), que criou o sistema ONA Integrare, o qual é o único sistema especializado em processos de acreditação em todo o mundo.
 - B) a Joint Commission International (JCI), que apresenta três níveis de acreditação, sendo de abrangência internacional.
 - C) a Accreditation Canada, que tem abrangência internacional com certificação de um ano.
 - D) a National Integrated Accreditation for Healthcare Organization (NIAHO), que tem uma abrangência de certificação internacional, sendo sua aplicação realizada por meio da sociedade com o Instituto Qualisa de Gestão (IQG).
 - E) a Health Standards Organization (HSO), que desenvolve padrões de saúde os quais se limitam à América do Norte e são reconhecidos pelo Conselho de Padrões do Canadá.
36. Está instituído na NR 1 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Portaria MTE nº 765, de 15 de maio de 2025, que todo trabalhador, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique em alteração de risco, deve receber informações sobre
- A) as medidas em fase de investigação pela organização.
 - B) os meios para prevenir e controlar os riscos.
 - C) os riscos que não são originados nos locais de trabalho.
 - D) os diálogos de segurança e documento físico.
 - E) os procedimentos dispensados em situação de emergência.
37. A via de administração de um medicamento deve ser registrada de modo claro, observando-se a recomendação do fabricante. Corresponde à forma como a substância entra em contato com o organismo para exercer sua ação farmacológica. Na via de administração otológica, o medicamento deve ser aplicado
- A) na narina.
 - B) na pele.
 - C) no ouvido.
 - D) no olho.
 - E) na veia.
38. Formulário eletrônico para vigilância da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zica, com notificação em tempo real, investigação e classificação final dos casos suspeitos. Trata-se do (a)
- A) registro de eventos em saúde pública.
 - B) declaração de nascido vivo.
 - C) ficha individual de notificação.
 - D) termo de notificação e investigação de epizootia.
 - E) cadastro de notificação/conclusão.

39. A Resolução nº 736/2024, do Conselho Federal de Enfermagem, dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental em que ocorre o cuidado de Enfermagem. Esse documento traz que o Processo de Enfermagem organiza-se em cinco etapas inter-relacionadas, interdependentes, recorrentes e cíclicas. A etapa que compreende a avaliação dos resultados alcançados de Enfermagem e saúde da pessoa, família, coletividade e grupos especiais, permitindo a análise e revisão de todo o Processo de Enfermagem, refere-se:
- A) à evolução de Enfermagem.
 - B) ao planejamento de Enfermagem.
 - C) à avaliação de Enfermagem.
 - D) ao diagnóstico de Enfermagem.
 - E) à implementação de Enfermagem.
40. De acordo com o Artigo 6º da RDC nº 222/2018, no Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), constitui-se atribuição do gerador de resíduos de serviços de saúde
- A) descrever as ações a serem adotadas em situações de emergência e incidentes decorrentes do gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde.
 - B) descrever os procedimentos relacionados ao planejamento dos resíduos de serviços de saúde quanto à segregação, ao acondicionamento, ao armazenamento, ao transporte e à disposição final.
 - C) estimar a quantidade dos resíduos de serviços de saúde sem considerar a classificação para os grupos e subgrupos a que pertencem.
 - D) apresentar cópia do contrato de prestação de serviços e da licença ambiental das empresas prestadoras de serviços para a destinação dos resíduos de serviços de saúde.
 - E) estar em conformidade com a regulamentação sanitária e ambiental, sem priorizar as normas de coleta e transporte dos serviços locais de limpeza urbana.
41. A.N.S., 32 anos, colaboradora em uma empresa no ramo de alimentos, está vivenciando sua primeira gestação. No momento de seu atendimento pela enfermeira do trabalho, possui a idade gestacional de 28 semanas e 5 dias. Ao verificar o cartão de vacinação da gestante, constatou-se que a mulher recebeu duas doses da vacina contra difteria e tétano. Sendo assim, o imunizante indicado diante desse quadro de esquema vacinal incompleto da gestante é uma dose da vacina contra
- A) influenza.
 - B) febre amarela.
 - C) hepatite B.
 - D) sarampo, caxumba e rubéola.
 - E) difteria, tétano e coqueluche.
42. Existe um orifício que se forma no período intra-uterino, ocasionando a comunicação do átrio direito com o átrio esquerdo, no coração humano, que tende a se fechar após o nascimento. Porém, pode persistir aberto na vida adulta, como acontece com uma parcela significativa da população (por volta de 25%), chamando-se forame
- A) magno.
 - B) lacerado.
 - C) oval patente.
 - D) espinhoso.
 - E) obturado.

43. Um aspecto essencial do cuidado ao recém-nascido é uma avaliação física completa para identificar características normais e anormalidades existentes. São considerados achados comuns ao se realizar o exame físico do recém-nascido:
- A) fístulas anais e tremores momentâneos.
 - B) polidactilia e onfalocele.
 - C) fontanelas deprimidas e hipotelorismo orbital.
 - D) fenda palatina e implantação baixa das orelhas.
 - E) respiração abdominal e reflexo tônico do pescoço.
44. Foi implementado, em agosto de 2025, o teste de biologia molecular DNA-HPV no Sistema Único de Saúde, que consiste em um novo método de rastreamento do câncer de colo do útero na saúde pública do Brasil para substituição do exame citopatológico Papanicolaou, devendo ser disponibilizado em todo o território nacional até o final de 2026. Ele é capaz de detectar 14 tipos de papilomavírus humano, inclusive em mulheres assintomáticas, proporcionando a detecção precoce da neoplasia. O intervalo para repetição desse exame é de
- A) 2 anos.
 - B) 5 anos.
 - C) 3 anos.
 - D) 4 anos.
 - E) 8 anos.
45. Sobre a atuação dos profissionais de Enfermagem em serviços de hemoterapia, conforme aborda a Resolução nº 709/2022, do Conselho Federal de Enfermagem, é correto afirmar que
- A) o técnico de Enfermagem deve participar de treinamento apenas se considerar necessário, de acordo com sua escolha pessoal, não havendo obrigatoriedade de atualização em relação às boas práticas em hemoterapia.
 - B) o enfermeiro deve atentar para que o manuseio de resíduos dos serviços e a higienização da área de coleta sigam documentos arbitrários, sem necessidade de observar normas e protocolos estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes.
 - C) o enfermeiro deve planejar, executar, coordenar, supervisionar e avaliar os procedimentos hemoterápicos e de Enfermagem nas unidades, visando assegurar a qualidade do sangue, hemocomponentes e hemoderivados, coletados e infundidos.
 - D) o técnico de Enfermagem deve ser o responsável direto por resolver, de forma autônoma, todas as intercorrências clínicas advindas dos procedimentos hemoterápicos, sem a necessidade de acionar o enfermeiro.
 - E) O enfermeiro deve participar isoladamente de todas as etapas do processo de seleção, padronização, parecer técnico para licitação e aquisição de equipamentos e materiais, sem a necessidade de integrar equipe multiprofissional ou seguir trâmites institucionais.
46. A Portaria Conjunta nº 16/2024, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde e da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) da doença falciforme, destacando a importância da atuação da Enfermagem no cuidado integral. Considerando as manifestações clínicas descritas no PCDT, o enfermeiro deve reconhecer como manifestações agudas da anemia falciforme:
- A) priapismo e osteonecrose.
 - B) retinopatia e acidente vascular cerebral.
 - C) úlceras de membros inferiores e febre.
 - D) sequestro esplênico e crise aplástica.
 - E) asplenia funcional e disfunção renal.

47. Na sondagem vesical de demora, é utilizado um cateter de *Foley* para drenar a urina da bexiga em pacientes que não conseguem urinar espontaneamente. Acerca do procedimento da sondagem vesical de demora, é correto afirmar que:
- A) na higienização do órgão genital de pacientes do sexo masculino, deve-se fazer movimentos circulares do meato uretral, sem retrain o prepúcio, em direção à base da glande.
 - B) a atividade é privativa do enfermeiro, podendo o técnico de enfermagem, sob supervisão do profissional de nível superior, auxiliar no preparo do material e no posicionamento do(a) paciente.
 - C) é necessário utilizar um valor fixo de 10 mL de água destilada para inflar o balonete e, após, tracionar a sonda para verificar se está fixa na bexiga.
 - D) a bolsa coletora usada para drenagem, armazenamento e mensuração da diurese deve ser pendurada na lateral do leito e mantida no mesmo nível da bexiga.
 - E) ao introduzir a sonda no canal uretral, parar imediatamente ao observar o retorno da urina. É vetado inseri-la um pouco mais na bexiga para assegurar que está corretamente posicionada.
48. A ressuscitação volêmica é indicada para prevenir hipovolemia e/ou choque no paciente com queimaduras extensas, utilizando, preferencialmente, soluções cristalóides isotônicas ou hipertônicas, com base no peso corporal e na porcentagem da queimadura. Para a ressuscitação volêmica de um paciente de 40 anos, com peso corporal de 80Kg, com queimaduras de terceiro grau por aspersão de óleo vegetal fervente que se estenderam pelas regiões do tórax e abdômen anterior, genitália externa e face anterior dos membros superiores, será necessário infundir, por via endovenosa,
- A) 4.480mL de Ringer Lactato, administrados nas primeiras 16 horas após a lesão.
 - B) 4.320mL de Ringer Lactato, administrados nas primeiras 24 horas após a lesão.
 - C) 2.880mL de Ringer Lactato, administrados nas primeiras 12 horas após a lesão.
 - D) 2.200mL de Ringer Lactato, administrados nas primeiras 8 horas após a lesão.
 - E) 4.480mL de Ringer Lactato, administrados nas primeiras 24 horas após a lesão.
49. De acordo com a RDC nº 36/2013 da ANVISA, a notificação de eventos adversos relacionados tanto a produtos quanto a falhas nos processos de cuidado é obrigatória e confidencial, constituindo ferramenta essencial para a gestão de riscos que impactam a segurança do paciente, a saúde humana, a integridade profissional, o meio ambiente e a imagem institucional. Nessa perspectiva, sobre a notificação de eventos adversos, é correto afirmar que deve ser realizada
- A) semanalmente pelo Núcleo de Segurança do Paciente, até o 5º dia útil da semana subsequente àquela de vigilância, com eventos adversos que evoluírem para óbito devendo ser notificados em até 72 horas a partir do ocorrido.
 - B) mensalmente pelo Núcleo de Segurança do Paciente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao mês de vigilância, com eventos adversos que evoluírem para óbito devendo ser notificados em até 24 horas a partir do ocorrido.
 - C) mensalmente pelo Núcleo de Segurança do Paciente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao mês de vigilância, com eventos adversos que evoluírem para óbito devendo ser notificados em até 72 horas a partir do ocorrido.
 - D) semanalmente pelo Núcleo de Segurança do Paciente, até o 5º dia útil da semana subsequente àquela de vigilância, com eventos adversos que evoluírem para óbito devendo ser notificados em até 48 horas a partir do ocorrido.
 - E) quinzenalmente pelo Núcleo de Segurança do Paciente, até o 8º dia útil da quinzena subsequente àquela de vigilância, com eventos adversos que evoluírem para óbito devendo ser notificados em até 12 horas a partir do ocorrido.

50. Os procedimentos endoscópicos, utilizados para fins diagnósticos e terapêuticos, fazem parte da realidade dos serviços de saúde. Nesses casos, a equipe de Enfermagem desempenha papel fundamental na segurança do paciente, desde o preparo até a recuperação. Sobre as atribuições dos profissionais de Enfermagem que atuam nos exames de endoscopia digestiva alta, assinale a opção correta:
- A) o enfermeiro deverá conferir se o paciente tem acompanhante. Na ausência deste, a única possibilidade é realizar o exame sem sedação.
 - B) o enfermeiro, após o exame, deverá encaminhar o paciente até o acompanhante na recepção em casos de intercorrência durante o procedimento ou quando houver necessidade de orientações específicas.
 - C) o técnico de Enfermagem, no preparo do paciente, deverá posicioná-lo em decúbito lateral direito, instilar lidocaína 10% em orofaringe e ajustar o bocal em cavidade oral.
 - D) o técnico de Enfermagem, após a limpeza dos canais dos aparelhos endoscópicos, deverá realizar a desinfecção química de médio nível e a esterilização em autoclave, sob supervisão do enfermeiro.
 - E) o enfermeiro deve realizar biópsias, sendo este um ato restrito à sua prática no Brasil, cabendo-lhe, após avaliação diagnóstica, definir o local, o momento e a técnica a serem empregados.